



Renato Ambrosio

Política e retórica no humanismo florentino (séculos XIV e XV)

1ª. edição, 2024

Copyright © 2024 Editora Madamu

Editores: Marcelo Toledo e Valéria Toledo

Capa: KOPR Comunicação, a partir de imagens entalhadas em madeira para o *Liber Chronicarum*, publicado em Nuremberg em 1493 por Hartmann Schedel.
Fonte: Wikicommons

pág. 2: Mulher representando a Retórica. Gravura de E. Delaune, ca. 1560.
Fonte: Wellcome Collection.

Impresso no Brasil. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

A Editora se esforça para manter a qualidade das obras. Caso encontre algum erro, pedimos a gentileza de nos informar pelo e-mail leitor@madamu.com.br

Todos os direitos reservados à Editora Madamu
Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP
CEP 03128-010 - Fone: (11) 2966 8497
www.madamu.com.br
E-mail: leitor@madamu.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

A496p	Ambrosio, Renato (1958-) Política e retórica no humanismo florentino (séculos XIV e XV) / Renato Ambrosio. 1ª. ed. - São Paulo: Madamu, 2024. 288p.; il.; 23cm ISBN 978-65-86224-66-5 Inclui referências 1. Historiografia. 2. Itália — Renascimento. 3. Retórica. I. Título. CDU 165.745(945)
-------	---

Elaborado por Simone Cadengue Ladislau — CRB-8/6350

Índice para catálogo sistemático:

- 1. Historiografia
- 2. Itália - Renascimento
- 3. Retórica

Sumário

Introdução.	7
PARTE I	
1. Humanismo e Retórica.	25
2. A Retórica do Humanismo	67
PARTE II - Invectivas e Elogios	
3. Lino Coluccio Salutati e a Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza	97
4. Leonardo Bruni Aretino e o Elogio da Cidade de Florença	134
PARTE III - Diálogos e Cartas	
5. Leonardo Bruni Aretino e os Diálogos a Pier Paolo Istriano.	169
6. Lino Coluccio Salutati e o <i>De Tyranno</i>	209
Conclusão	259
Referências Bibliográficas.	277
Sobre o Autor	287

In memoriam de
Luiza Landucci Bianchi e
Claudio Ambrosio

*Negli anni che de' Guelfi e Ghibellini
Repubblica a quei tempi costumava
battevano i Cortesi e gli Aretini
specie d'ogni partito guerreggiava.
I Pisani battean coi Fiorentini
Siena con le Maremme contrastava
Chiusi battea contro Volterra
'un c'era posto che 'un facessen guerra.*

Primeira estrofe, que minha avó recitava de memória,
do poema composto em oitava-rima por Giuseppe Moroni (1810-1880),
poeta popular que se autodefinia “illetterato”,
e dedicado a Pia de' Tolomei, nobre senhora sienense que viveu
no século XIII, a qual figura também na *Divina Comédia*
de Dante Alighieri (Purgatorio, V, 130-136).

Introdução

Este trabalho começou como uma tentativa de investigação sobre as imagens de Cícero que foram elaboradas entre o final da Idade Média e os primórdios do humanismo¹ na Itália e, de modo particular, sobre a maneira pela qual essas elaborações e reelaborações da imagem de Cícero foram apropriadas e usadas para justificar e defender, nesse período, dois modos de vida diferentes, a vida ativa e a vida contemplativa, na polêmica entre os autores que defendiam um ou outro desses dois gêneros de vida.

Nessa primeira abordagem, eles eram tidos como expressão de dois pontos de vista diferentes: de um lado as cartas de Petrarca a Cícero como manifestação do repúdio à vida ativa; e, de outro, a resposta de Vergerio a Petrarca defendendo a vida ativa, e, por fim, na nova biografia de Cícero escrita por Leonardo Bruni Aretino, incorporando, e praticamente fundindo, a imagem de Cícero aos ideais humanistas e à concepção da vida ativa levada a seu ponto mais alto e intenso. Hans Baron viu nessa redescoberta de Cícero, na criação de uma nova biografia de Cícero por parte dos humanistas, um dos elementos constitutivos do humanismo cívico². Para Baron, os humanistas teriam descoberto que as atividades políticas e, como diríamos

1. O termo Humanismo parece ter sido uma criação dos historiadores do século XIX. Em italiano, o termo *umanesimo*, na acepção de um privilégio reconhecido aos estudos clássicos na educação, conforme a *Enciclopedia Treccani*, deriva do termo alemão *Humanismus*, que parece ter surgido na Alemanha, com esse sentido, em 1808, introduzido por F. I. Niethammer, amigo de Hegel e reformador da educação pública na Baviera. No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de Antônio Geraldo da Cunha a primeira ocorrência do termo *humanismo* é de 1899. Vale lembrar que, já na época de Cícero e Varrão, no século I a.C., o termo *humanitas* significava a educação do homem como tal, a educação que forma o homem porque é própria somente dele e o diferencia dos outros animais, e que os gregos chamavam de *paideia*. O termo *humanista*, por sua vez, segundo o filósofo Paul Kristeller, expressaria, como veremos a seguir, no Capítulo 1, um conceito da metade do século XV, calcado em termos medievais como *legista*, *jurista*, *cronista*, *artista*. No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de Antônio Geraldo da Cunha, o termo humanista é datado do século XVI. Apesar do anacronismo, por falta de termo mais específico, adotaremos ao longo deste trabalho o termo *humanismo*, que é utilizado largamente pelos historiadores, para nos referirmos a contextos históricos dos séculos XIV, XV e XVI.

2. A expressão “Humanismo cívico” foi cunhada pelo historiador Hans Baron para indicar um novo tipo de humanismo politicamente engajado que teria surgido em Florença durante a fase mais aguda das guerras que essa cidade travou contra o Ducado de Milão (1390-1402), então governado pelos Visconti. Em seu livro *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, publicado em 1955 e republicado em 1966, Baron descreve o *Quattrocento* florentino como uma singular união entre a tradição cívica das comunas medievais italianas com o humanismo petrarquiano e a lição dos autores clássicos. O Humanismo cívico se caracterizaria então pela participação ativa dos cidadãos nos destinos de suas comunidades políticas, bem como por um ideal ético e uma prática educacional que acompanhariam e possibilitariam essa participação política. Desde que foi apresentado por Baron em seu *Crisis...*, o conceito de Humanismo cívico ganhou grande difusão e influência, e também muitas críticas, como as que analisaremos neste trabalho.

hoje, literárias de Cícero constituíam duas faces do mesmo trabalho de uma mesma vida: o trabalho do cidadão romano por sua república, e o trabalho do “intelectual” dedicado aos *studia humanitatis*. Eles teriam descoberto que, como cônsul, Cícero servira à sua cidade, e como escritor criara uma filosofia latina que antes dele não existia. A partir dessas descobertas, nas palavras de Baron, Cícero teria ensinado duas coisas à Itália do Renascimento e, sobretudo, aos humanistas florentinos: “que a obrigação principal de um cidadão é servir à sua comunidade”, e também “que a participação ativa nos assuntos de Estado não deve, necessariamente, diminuir suas capacidades intelectuais, mas, de fato, deve estimulá-las” (1988: 109, 110).

Sobre humanismo italiano dos séculos XIV e XV há uma certa historiografia que faz a crítica do conceito de Humanismo cívico a partir de seu caráter retórico, como um movimento de retores profissionais que, de fato, não tinham nenhuma ligação cívica com suas cidades-repúblicas ou principados, aos quais serviam com suas capacidade e adaptabilidade retóricas. Historiadores como Jerrold E. Seigel (1966) e James Hankins (1995) e, de certa forma, também Quentin Skinner (1978³), baseados sobretudo em Paul O. Kristeller (1956⁴), apresentam os humanistas como, prevalentemente, retores, que exerciam funções que exigiam um conhecimento e treino retóricos, e não como cidadãos imbuídos de um sentimento cívico que lhes era intrínseco e politicamente leais à sua cidade. O que em Baron era um dos elementos constitutivos do humanismo cívico, a imagem de Cícero que reunia em si o cidadão e o homem de letras romano, nesses historiadores se tornava uma das principais fontes de inspiração, senão a principal, de um grupo de retores que tinha como característica principal justamente colocar a sua formação retórica a serviço de seus próprios interesses pessoais ou de seus senhores, que dominavam a política florentina naquele período. Para esses historiadores, portanto, é justamente a aplicação da retórica na vida política de Florença, e em particular a retórica ciceroniana que caracteriza

3. Essa é a data da primeira edição, publicada pela Cambridge University Press, do livro de Skinner *The Foundations of Modern Political Thought*. A edição utilizada aqui foi a seguinte: Quentin Skinner. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. As citações deste livro foram extraídas da edição brasileira de 1996.

4. Essa é a data da primeira edição, publicada pela Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, do livro de Kristeller *The Classics and Renaissance Thought*. A edição utilizada aqui foi a seguinte: Paul Kristeller. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 1995. As páginas citadas são da edição utilizada.

o humanismo florentino e o italiano em geral, e não o seu caráter cívico e o seu comprometimento político com a república florentina.

Nessa perspectiva, questões como a polêmica humanista contra a Escolástica, a partir de Petrarca, ou a defesa do governo republicano pelos humanistas florentinos no período das guerras contra o Ducado de Milão (que se estendeu, na sua fase mais aguda, de 1395 a 1402), deixam de ter um caráter cívico ou político, e se transformam ou em uma luta pela defesa de posições já ocupadas e consolidadas no mundo intelectual e político do período por um determinado grupo que tinha em comum, justamente, a formação e a prática eminentemente retóricas; ou em mero serviço à oligarquia florentina que dominava a política da cidade; ou ainda em simples exercícios retóricos sem maiores motivações políticas. A partir dessa perspectiva o humanismo se torna uma mistura de “retórica ciceroniana” com a tradição dos retores medievais, os chamados *dictatores*, que já conheciam e estudavam a retórica de Cícero. Desfaz-se assim qualquer caráter de inovação, ou de ruptura, que se poderia atribuir ao humanismo e humanistas italianos do final do século XIV e da primeira metade do século XV.

A imagem de Cícero, de fato, desde a Antiguidade até os dias de hoje sempre foi associada à retórica. E a retórica, na Antiguidade Clássica (e em outros contextos históricos semelhantes a esse) sempre esteve ligada à política, no sentido de participação ativa na vida da *pólis*, e na vida cívica de sua cidade. Os autores que tentam opor a retórica ciceroniana, ou qualquer retórica, à política e à vida civil no humanismo parecem considerar que a única função da retórica, seja em que contexto for, seria encobrir as reais intenções dos agentes históricos e políticos, e dificultar o trabalho dos historiadores em identificar as verdadeiras motivações desses agentes históricos. Considerar as obras dos humanistas apenas como artefatos retóricos, ou exercícios retóricos, passa a ser um modo de desqualificar tais obras e seus autores, pois elas mais esconderiam do que revelariam o que seus autores realmente pensavam e almejavam.

O que os humanistas florentinos realmente pensavam e suas reais intenções apareceriam mais nas suas ações (ou melhor, no modo como suas ações podem ser interpretadas atualmente, muitas vezes segundo os parâmetros dos historiadores de hoje), que frequentemente contradiriam as suas convicções proclamadas em seus textos. Essa contradição seria fruto e prova do papel “enganador” da retórica na literatura política de humanistas

como Leonardo Bruni, Pier Paolo Vergerio ou Coluccio Salutati, e o caráter mais retórico do que cívico do humanismo. A nosso ver, essa maneira de considerar o papel da retórica no humanismo apresenta alguns pontos que podem ser questionados.

De certa forma, ela separa os textos produzidos pelos humanistas de seu contexto histórico. A retórica estruturou, nem sempre de maneira claramente preceptiva, a produção dos discursos ordenados, escritos ou orais, tanto na esfera pública como também, muitas vezes, na esfera privada, durante toda a Antiguidade Clássica. Mesmo com o advento do cristianismo e com certo desconforto deste em relação à eloquência, a retórica continuou mantendo a sua importância, como provam as *Ars Praedicandi*, as *Ars Dictaminis*, e as *Ars Arengendi* que foram escritas durante a Idade Média (Skinner, 1996, 52-56). E nas Comunas italianas, a retórica foi ganhando uma nova força e readquirindo seu antigo papel, com a descoberta e maior difusão dos autores da Antiguidade Clássica, pelo menos desde o século XIII. Segundo Cox,

A Itália comunal do século XIII foi o primeiro contexto pós-clássico no qual a retórica ciceroniana é estudada para algo semelhante ao seu propósito político original, e no qual a ambiguidade moral dessa arte novamente veio à tona como uma preocupação urgente. O ressurgimento da retórica ciceroniana no século XIII na Itália se apresenta como um treinamento na arte do discurso persuasivo, um campo da atividade humana que, para um cristão, estava sujeito a uma análise ética e a prescrições morais. (1999: 272)

Nesses contextos, apesar do desconforto que a descoberta de algumas cartas de Cícero produzira, sobretudo em Petrarca, a retórica nunca foi vista como algo que serviria apenas para encobrir as reais intenções de quem dela fizesse uso, era um modo (e talvez poderíamos dizer o único modo) de se produzir um discurso ordenado – fosse ele uma carta, um diálogo, uma oração ou uma prédica – de maneira que seu autor pudesse atingir o que ele de fato pretendia fazer com esse discurso. Como afirma Cox, uma arte que “regulava uma importante área da atividade humana, segundo critérios não da moralidade, mas da eficácia técnica” (1999: 272).

Quando alguns historiadores, como Seigel e Hankins, apontam a falta de coerência entre os escritos de humanistas como Salutati e Bruni, e de

certas atitudes que estes tomaram ou escolhas que fizeram ao longo de suas vidas, o que parecem querer fazer é, de novo, submeter a retórica que informava a obra dos humanistas a “uma análise ética e a prescrições morais”. Mas, além disso, esses historiadores tentam também impor uma coerência entre a obra e a vida desses humanistas que não fazia parte de suas preocupações, e que muitas vezes pressupõe concepções e ideias que dificilmente esses humanistas poderiam ter tido no período em que viveram e agiram. Ademais, muitas dessas supostas incoerências projetam sobre o passado pressupostos que pertencem ao contexto presente dos historiadores, às suas realidades políticas e sociais de hoje, e não ao contexto estudado por esses historiadores. Essa aversão à retórica que historiadores contemporâneos, como Seigel e Hankins, apresentam em sua análise, como veremos, não é uma novidade, e já surgiu em outros contextos históricos mais próximos ao humanismo.

Assim, este trabalho acabou por se estruturar a partir de questões que essa aversão à retórica presente nas obras dos humanistas florentinos dos séculos XIV e XV suscitou entre alguns estudiosos do humanismo. Começaremos então, na Parte I com dois capítulos de caráter mais teórico. No Capítulo 1 apresentaremos dois importantes expoentes, Jerrold E. Seigel e James Hankins, da corrente historiográfica que, como vimos acima, em maior ou menor grau, acredita que a função precípua da retórica, entre os humanistas, era encobrir suas reais intenções, e, conseqüentemente, isso dificultaria o trabalho dos historiadores em identificar as verdadeiras motivações dos agentes históricos. No Capítulo 2 apresentaremos outra análise possível do papel da retórica no humanismo, a partir da visão que o historiador Quentin Skinner oferece em ensaios de dois dos volumes da sua trilogia *Visions of Politics*: o primeiro intitulado *Regarding Method*, e o segundo *Renaissance Virtus*. Essa análise vê na retórica um dos modos pelos quais se manifestam as mudanças no vocabulário que indicam transformações profundas da vida social. Tais transformações no vocabulário normativo e nas aplicações dos termos pelos quais os conceitos se expressam são, para Skinner, ao mesmo tempo, reflexos e um dos motores das mudanças sociais. O papel que a retórica desempenha nessas transformações do vocabulário normativo, e nas mudanças sociais que essas transformações implicam, é apresentado a partir de suas fontes antigas, não só ciceronianas, que ressurgiram e se difundiram na Itália comunal.

Nas Partes II e III procuraremos analisar alguns textos de dois importantes humanistas florentinos: Lino Coluccio Salutati e Leonardo Bruni Aretino. Ambos foram chanceleres da República de Florença e tiveram grande influência política entre os séculos XIV e XV. Eles ocuparam a chancelaria da República de Florença, ou serviram a essa cidade em outras funções de governo, em um período crucial da história de Florença e do Humanismo, e também por essa razão Leonardo Bruni também foi considerado por Hans Baron como o político e humanista que melhor personificou o Humanismo cívico, e por isso também foi, juntamente com seu antecessor da Chancelaria da República de Florença, Coluccio Salutati, apresentado pelos críticos de Baron como o “ideal tipo” do humanista retor profissional, que colocava suas habilidades retóricas a serviço de seus interesses pessoais e da aristocracia florentina e de outros príncipes e senhores da Itália. Além disso, conforme veremos, havia entre Salutati e Bruni uma relação de mestre e discípulo que aparece implícita e também explicitamente nas obras e nas cartas desses dois autores.

Na Parte II, cujo título é “Invectivas e Elogios”, serão analisados dois textos que podemos considerar os mais explicitamente políticos e polêmicos de Salutati e Bruni. O Capítulo 3 será dedicado à *Invectiva in Antonium Luschum Vicentinum* (*Invectiva Contra Antonio Loschi de Vicenza*), de Coluccio Salutati e o Capítulo 4 à *Laudatio Florentine Urbis* (*Elogio da Cidade de Florença*), de Leonardo Bruni. O primeiro é uma resposta à *Invectiva Contra os Florentinos* de Antonio Loschi, escrita em 1397, à qual Salutati respondeu com sua própria invectiva alguns anos mais tarde, em 1403; e o segundo é um texto escrito por Bruni entre 1403-1404 no qual ele tece um longo e grandiloquente elogio à cidade de Florença. Essas duas obras foram escritas durante o período mais agudo das guerras entre Florença e o ducado de Milão, ou bem próximo a esse período. Entre esses dois textos veremos que há alguns pontos em comum, sobretudo uma interpretação da história de Florença e da história de Roma, que inaugura uma nova perspectiva histórica, em relação à historiografia medieval, a respeito desses temas. E ambos os textos são típicos exemplos da retórica humanista em ação, e como por meio dela os humanistas criavam novos conceitos ou davam nova significação aos conceitos já existentes.

Na Parte III, Diálogos e Cartas, serão analisados dois textos: no Capítulo 5 os *Dialogi ad Petrum Paulum Histrum* (*Diálogos a Pedro Paulo*

Istriano), de Leonardo Bruni; e no Capítulo 6 o *De Tyranno* (*Sobre o Tirano*), de Coluccio Salutati.

O primeiro texto é composto por dois diálogos, ao estilo do *De oratore* de Cícero, que teriam acontecido em dois dias sucessivos. O tema desses diálogos é uma discussão sobre a cultura florentina, a partir da avaliação dos três maiores poetas “modernos” florentinos: Dante Alighieri, Francesco Petrarca, e Giovanni Boccaccio. O primeiro diálogo, no primeiro dia, em que os três poetas são criticados, teria ocorrido na casa de Coluccio Salutati, e dele teriam participado, além do próprio Salutati, Leonardo Bruni, Niccolò Niccoli e Roberto de’ Rossi; e o segundo diálogo, no segundo dia, no qual os três poetas são reabilitados, teria sido na casa de Roberto de’ Rossi com todos os presentes no primeiro diálogo, e também com a participação de Piero de Sermini. Os *Dialogi...*, juntamente com a *Laudatio...* foram considerados por Hans Baron os dois trabalhos que levaram o Humanismo cívico de Bruni a um ponto a partir do qual ele pôde se desenvolver em uma harmoniosa continuidade. (Baron, 1966: 245). E se esses dois textos assumem essa importância na tese de Baron, eles assumem (quase automaticamente, diríamos) também uma importância fundamental nos autores que, como veremos, criticam o Humanismo cívico de Baron a partir da caracterização dos humanistas cívicos como retores profissionais. Nos *Dialogi...* há citações explícitas à *Laudatio...* do próprio Bruni e também ao *De Tyranno* de Salutati, que são colocadas na boca de Coluccio Salutati, um dos protagonistas dos *Dialogi...* de Leonardo Bruni.

O segundo texto, o *De Tyranno*, é uma carta a um estudante de direito canônico de Pádua, que perguntara a Salutati se seria justa a condenação infligida por Dante Alighieri aos assassinos de Júlio César, Bruto e Cássio. Assim, uma passagem fundamental da principal obra poética de um dos poetas que tinha sido parte do tema dos *Dialogi...*, retorna como ponto de partida do *De Tyranno*. E a partir dessa questão aparentemente literária, Salutati escreve, de fato, um tratado no qual discute o que é o tirano, quantas espécies de tiranos pode haver, se é lícito matar um tirano e se Júlio César poderia ser colocado entre os tiranos, e finalmente, se o julgamento de Dante a respeito de Bruto e Cássio teria sido justo. Na discussão dessas questões políticas, na qual se vislumbra história, do direito e da reflexão dos filósofos medievais a respeito da tirania e do tirano, Salutati chegará a conclusões que, aparentemente, vão de encontro com as suas afirmações fortemente

republicanas expressas em sua *Invectiva Contra Antonio Loschi de Vicenza*, que é o tema do Capítulo 3. Mas essas aparentes contradições não serão consideradas neste trabalho como mais uma prova das incoerências típicas de um retor profissional, cuja adaptabilidade às diferentes situações e públicos o torna capaz de defender pontos de vista opostos, conforme a ocasião e a necessidade; e nem uma manifestação quase inexplicável da incoerência entre a intenção intelectual do “Salutati humanista”, no *De Tyranno*, e as prementes exigências políticas daquele momento, que se manifestam claramente na *Invectiva Contra Antonio Loschi*, escrita pelo “Salutati chanceler”. Veremos que, entendidas em seus próprios termos, que são os conceitos e valores dos quais Salutati dispunha e com os quais trabalhava, essas aparentes incoerências e contradições entre essas duas obras de Salutati tendem a se desfazer.

Na conclusão do trabalho, retomaremos a defesa que Salutati faz do governo de um só em seu *De Tyranno* para investigar se essa defesa causou entre os seus contemporâneos e discípulos mais próximos a mesma perplexidade que suscitou entre os *scholars* modernos, e também a mesma necessidade de buscar uma necessária “coerência” entre o seu republicanismo e a sua defesa da monarquia. E, por fim, verificar que tipo de relação foi estabelecida por alguns estudiosos, e poderia ainda ser estabelecida, entre Coluccio Salutati e Leonardo Bruni, com um sucessor deles, pelo menos como funcionário do governo da República de Florença, que teve uma experiência direta com a instituição das monarquias europeias e o fim definitivo da república em Florença: Nicolau Maquiavel. A partir do Proêmio das *Histórias Florentinas* de Maquiavel, retomaremos na conclusão algumas questões apresentadas ao longo do trabalho, em particular as ideias de Najemy (1991) a respeito do diálogo em torno do poder entre a oligarquia, ou patriciado, e o *popolo*⁵, que serão vistas no Capítulo 3, e o papel que a retórica teve nesse diálogo, no qual surgiu grande parte do vocabulário e dos conceitos políticos que terão grande fortuna no pensamento político ocidental.

O conceito de Humanismo cívico formulado por Hans Baron aparece em várias partes do trabalho, na maior parte das vezes, surge a partir – ou por causa – da crítica que o caracteriza como um movimento de retores profissio-

5. A hierarquia político-social de Florença era representada, em seu vértice, por um *popolo grasso*, (formado pelos representantes das *Arti Maggiori* mais prestigiadas e rentáveis); por um *popolo minuto* ou *medio*, composto pela pequena burguesia (as *Arti Minori*); e pelo assim chamado *popolo magro*, composto pelos trabalhadores braçais, operários e pequenos comerciantes, muitas vezes provenientes do campo, que forneciam a mão de obra barata e que viviam em condições econômicas precárias, desprovidos de qualquer representação política. Maquiavel, no Proêmio de suas *Istorie Fiorentine*, apresenta essa hierarquia, dividida em nobres, povo e plebe. (Machiavelli, 1895: 6, 7)

nais, e pressupõe que essa caracterização seja já suficiente para desqualificar o conceito em si. Quanto à história dessa concepção desqualificadora da retórica utilizada por alguns historiadores em sua crítica ao Humanismo cívico, à qual já aludimos e a qual veremos mais adiante no Capítulo 2, ela pode ser descrita em termos semelhantes àqueles com que Johan Huizinga descreve o problema do Renascimento e a relação deste com a Idade Média. Algumas das linhas que constituem essa relação passam entre a Antiguidade e a Idade Moderna, algumas passam entre a Idade Média e o Renascimento, outras podem ser entrevistas entre o Renascimento e o século XVII (1967: 271).

Também alguns elementos intrínsecos do conceito de Humanismo cívico serão aqui abordados. Por exemplo, a ideia de que a partir da chancelaria da República de Florença, com Coluccio Salutati e Leonardo Bruni, teve lugar no pensamento político florentino uma revolução, que se configurou, sobretudo, no repúdio do simbolismo cesarista e da tradição imperial, típicas da propaganda do Ducado de Milão, e uma identificação entre Florença com os princípios e valores republicanos. A importância dessa ruptura, no entanto, contrasta, na tese de Baron, com um comportamento flutuante no pensamento florentino, em particular em Coluccio Salutati, que teria oscilado entre a afirmação das instituições dos valores republicanos e a aceitação de um governo monárquico e até tirânico. Esse aparente conflito leva Baron a ver na crise político-militar que envolveu a República de Florença e o Ducado de Milão, sob o governo dos Visconti, entre 1399-1402 o fato decisivo que teria feito com que essa oscilação pendesse definitivamente para o lado dos princípios e valores republicanos, como a participação política e a vida ativa, e teria possibilitado uma reavaliação da própria história de Florença, e também de Roma. O papel crucial que a crise de 1399-1402 assume na tese de Baron suscita toda uma discussão crítica a respeito da cronologia e das motivações dos textos, sobretudo de Leonardo Bruni, com os quais ele fundamenta a sua tese.

Quanto a essa questão, veremos, sobretudo no Capítulo 6, que essas oscilações, na verdade não são oscilações, nem incoerências que necessitem de uma explicação, mas fazem parte do vocabulário político e do âmbito conceitual de que os humanistas florentinos na passagem do século XIV para o século XV dispunham e ajudaram a aumentar, com a criação de conceitos ou dando novos significados a conceitos já existentes, e com os quais analisavam suas realidades e a história. A partir desse ponto de vista, a

crise político-militar entre Florença e Milão perde sua importância capital⁶. E nesse ponto concordamos com o que diz Pocock:

Não é, portanto, de importância fundamental para nós saber se certas mudanças no pensamento florentino foram ou não a consequência ou resultado dos acontecimentos de 1399-1402; mas nem por isso desejamos saber com menos intensidade o que foram essas mudanças conceituais, que mudanças ulteriores implicaram e que consequências seu aparecimento pôde ter no mundo do pensamento. Assim, no caso de uma ruptura linguística capital, ou revolução nos conceitos – tal como uma reavaliação da história associada a uma ênfase nos valores da participação cívica – é importante saber o que aconteceu em termos das implicações e das consequências das mudanças no vocabulário conceitual dos homens, bem como nos termos das circunstâncias e das causas originais dessas mudanças. (Pocock, 1975: 57, 58)

Essas oscilações e esse comportamento flutuante do pensamento florentino são aceitos também pelos críticos da tese de Baron, mas não como resultado dos acontecimentos de 1399-1402, mas sim de uma disputa entre a filosofia, cujos valores eram contemplativos, e a retórica, cujos valores eram ativos. Esse confronto, essa “batalha das artes”, como Kristeller a define, seria a razão pela qual o pensamento humanista oscilava entre uma posição cívica e uma posição contemplativa, entre valores e princípios republicanos e a defesa da monarquia e até mesmo da tirania. No entanto, como veremos ao longo deste trabalho, sobretudo no Capítulo 1, não havia entre os humanistas, e nos autores antigos nos quais se inspiravam e que emulavam, uma oposição entre filosofia e retórica. Na verdade eles consideravam que a retórica sem a filosofia, ou sem a sabedoria, era algo perigoso para os homens e as cidades; e a filosofia sem a retórica algo inútil.

Alguns autores, como os que abordaremos no Capítulo 1, consideram a eloquência dos humanistas como a continuação direta da *ars arengandi* e da *ars dictaminis* medievais. A retórica humanista teria assim sua origem e gêneros já existentes na literatura medieval, estudados nas escolas e universidades francesas, tais como discursos nupciais e fúnebres, discursos acadêmicos, discursos políticos de magistrados ou de embaixadores, dis-

6. Apenas gostaríamos de deixar registrado aqui, como mera sugestão suscitada pelas leituras feitas para este trabalho, que uma análise desse conceito a partir do que Skinner apresenta em seu artigo “A prática da história e o culto do fático” (2007: 33-61) talvez pudesse ser de algum interesse.

curso para ocasiões solenes e, por fim, discursos judiciais (Kristeller, 1956: 108-109). No entanto, há uma importante diferença entre a retórica como matéria de estudo em escolas e universidades e a retórica como instrumento político nas mãos de chanceleres de uma importante república.

Florença entre os séculos XIV e XV era uma das cidades mais ricas da Europa e, no entanto, era desprovida de universidade, e renunciou a isso em proveito de Pisa (Tenenti, 1973: 48). A universidade, ou *Studio* florentino, como então se dizia, foi fundado em 1321 sobre o modelo de Bolonha, mas nunca foi próspero, e o governo comunal, depois de instituí-lo nunca deixou de mostrar uma certa aversão a ele, e nada fez especificamente a seu favor. E quando as finanças da cidade estavam em dificuldades, simplesmente não se hesitava em fechar o *Studio*. Como explica Tenenti:

O mercador florentino – não mais que o genovês ou veneziano – não tinha quase nada a aprender de útil nas faculdades medievais. Se lhes eram necessários homens de lei e médicos, esse gênero de necessidade não bastava para fazer florescer uma universidade. O objetivo dos jovens florentinos era o comércio, em suas múltiplas ramificações. Ora, não só na universidade não se ensinava nada que pudesse servir a seu uso, como se professavam doutrinas que condenavam algumas de suas mais importantes manifestações [...] Essa recusa prática, mas não menos contínua e coerente, do saber escolástico caracteriza no mais alto grau a sociedade florentina. (Tenenti, 1973: 49)

Em tal ambiente a retórica não estava ausente, mas não poderia representar o mesmo papel que representava nos ambientes escolásticos das universidades e das escolas de Chartres ou Paris. A retórica em Florença encontrou outros campos de ação que não a universidade, como, por exemplo na *Mercanzia*, que, como veremos no Capítulo 5, era uma corporação de mercadores e banqueiros cujos negócios extrapolavam as fronteiras dos domínios florentinos. Em instituições como essa, a elite de Florença moldava sua imagem coletiva como classe por meio da linguagem, do costume e da lei, própria da comunidade das guildas, linguagem que era parte da cultura do *popolo*. Nesse processo, independentemente das crises externas, e da sua cronologia, a retórica teve um papel fundamental na formação do pensamento do Humanismo cívico e nos seus desdobramentos históricos. Como escreve Pocock:

Ora todo esse arrazoado [dos críticos da tese de Baron] pode estar correto, mas está claro que isso não significa que não houve, historicamente, algo como o Humanismo cívico. Uma vez que a retórica era tanto cívica como ativa, era possível ao retórico – ou ao humanista *qua* retórico – elaborar uma linguagem para exprimir uma consciência cívica da qual ele podia ou não compartilhar. O retórico e o cidadão estavam igualmente propensos a ver a vida humana em termos de participação em ações e decisões particulares, em termos de relações particulares entre homens particulares. E encontramos num desenvolvimento do estilo do Humanismo cívico um meio para expressar essa visão da vida reconstruindo a História (*history*) como história (*story*) das repúblicas que existiram no tempo. (Pocock, 1975: 60)

Em alguns trechos, sobretudo no Capítulo 5, talvez haja número excessivo de notas de rodapé, mas a maioria delas não é de leitura obrigatória, pois são, em sua maioria, o original dos textos latinos que foram traduzidos – muitos pela primeira vez – para o português no corpo do texto, ou dados biográficos dos personagens citados ao longo do trabalho. Não ler tais notas não compromete de maneira irremediável o entendimento do texto. Quem se interessar pelos textos latinos nas notas de rodapé notará grafias um pouco diferentes daquela considerada clássica, como *nichil* ou *michi* em vez de *nihil* e *mihi*, ou como a supressão do ditongo *-ae-*, como em *rei publice*, entre outras diferenças. Esse era um modo comum de grafar o latim entre os humanistas, e sempre que as fontes editadas que utilizamos neste trabalho as traziam, nós decidimos mantê-las.

Na parte final do Capítulo 1, faremos um pequeno excuro. Sairemos um pouco dos séculos XIV e XV e do humanismo italiano e florentino, e iremos à Inglaterra de Hobbes e de Locke. Período em que surge, em um contexto anglófono, uma forte crítica à retórica e a mazelas que seu estudo e uso traria para os homens e para a sociedade. Crítica cujos ecos talvez ainda ressoem nos artigos e livros de alguns historiadores anglo-americanos contemporâneos.

Gostaríamos, por fim, de deixar aqui explícito que os textos citados, e que emprestam seus títulos aos capítulos desta tese, constituem suas fontes primárias. Esses textos foram todos lidos e analisados na língua em que foram originalmente publicados, e nas edições que constam nas referências bibliográficas.

Meus sinceros agradecimentos ao amigo e colega, prof. Raul Oliveira Moreira, professor de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Oeste da Bahia, pela inestimável ajuda na revisão do texto e das notas em língua latina.

PARTE I

Sobre a Retórica

“Não convém a gente levantar escândalo de começo,
só aos poucos é que o escuro é claro.”

Guimarães Rosa, *Grande Sertões: Veredas*

Humanismo e Retórica

Num artigo intitulado “Humanismo e Escolástica no Renascimento”⁷, Paul Oskar Kristeller, depois de uma breve discussão a respeito dos conceitos de Idade Média e Renascimento, sobre a própria realidade histórica deste último e sobre as diferenças regionais no interior da Europa tanto na Idade Média como no Renascimento, com particular atenção para a Itália, passa a analisar a origem e o significado do movimento humanístico italiano. Segundo Kristeller, haveria duas interpretações do Humanismo italiano, que ele apresenta e critica (1956: 100).

A primeira considera o Humanismo como resultado de um aumento dos estudos clássicos. Os fatos que confirmariam essa interpretação seriam o incremento dos estudos filológicos realizados pelos humanistas, o próprio impulso dado aos estudos gregos e as traduções latinas feitas diretamente do grego. No entanto, para Kristeller, essa teoria do Humanismo como uma intensificação dos estudos clássicos encontra seu limite no próprio ideal de eloquência e na vasta produção, em latim, na forma de tratados, cartas, discursos e poesia dos humanistas. Como afirma ele:

[...] de um filólogo clássico de nosso tempo, não se espera um poema latino em louvor de sua cidade, ou um discurso latino para saudar um hóspede estrangeiro, ou um manifesto político em nome de seu governo. (1956: 102)

7. Publicado em seu livro *The Classics and Renaissance Thought*, em 1956. A edição utilizada neste trabalho, foi a seguinte, Paul O. Kristeller. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento* [Tradução de Artur Morão]. Lisboa: Edições 70, 1995. Mas as referências a esses textos sempre trarão a data da edição original, 1956.

Para Kristeller, portanto, os humanistas

[...] não foram filólogos clássicos que, por razões pessoais, tinham mania de fazer discursos, mas foram retores de profissão, herdeiros e sucessores dos retores medievais, inteiramente habitados pela convicção, então nova e moderna, de que o melhor meio para conseguir o ideal da eloquência era a imitação dos modelos clássicos e, portanto, induzidos a estudar tais modelos e a fundar a filologia clássica. (1956: 102-103)

A outra interpretação do Humanismo italiano, apontada por Kristeller, o considera como uma nova filosofia do Renascimento, que surgiu em contraste com a velha filosofia medieval: a Escolástica. Também essa teoria do Humanismo italiano como uma filosofia nova é contrariada, afirma Kristeller, por alguns fatos óbvios. Por um lado, a presença persistente da filosofia escolástica durante todo o Renascimento italiano; e, por outro lado, pelo fato de que a maioria das obras dos humanistas italianos nada tem a ver com filosofia, mesmo no sentido mais genérico da palavra.

Kristeller argumenta que o Humanismo não surgiu no âmbito dos estudos filosóficos, mas no âmbito dos estudos gramaticais e retóricos. Os humanistas teriam assim, como vimos na citação anterior, continuado as tradições medievais de tais estudos, representadas pela *ars dictaminis* e a *ars arengandi*, e lhes teriam dado uma direção nova a partir de seus estudos clássicos e sob as influências francesas que chegaram à Itália em meados do século XIII. O campo dos humanistas sempre teria sido, segundo Kristeller, a gramática, a retórica, a poesia, a história e o estudo dos autores gregos e latinos, não a filosofia. Dessa forma, para Kristeller, os humanistas não eram filósofos, e nem homens de ciência:

[...] grande parte da crítica à ciência medieval [...] constitui simplesmente uma fase da “batalha das artes”, isto é, um protesto barulhento a favor do ramo de estudos cultivado pelos humanistas, para vencer e neutralizar as pretensões das outras ciências rivais [...] me inclino a considerar [...] os humanistas como retores de profissão, animados por um novo ideal classicista da cultura, que tentaram afirmar a importância de seu ramo de estudos e impor os seus critérios às outras ciências, inclusive à filosofia. (1956: 106)

Tanto na sua crítica da teoria do Humanismo como resultado de um aumento dos estudos clássicos, como na crítica à teoria que apresenta o

Humanismo como uma filosofia do Renascimento em conflito com a Escolástica, há dois pontos que vale a pena ressaltar. O primeiro é a caracterização dos humanistas como, prevalentemente, retores profissionais, cujo campo era a retórica, a gramática, a poesia, a história, e não a filosofia; e o segundo é a apresentação dos humanistas como sucessores dos retores medievais, os *dictatores*, e como continuadores da tradição retórica medieval, representada pela *ars dictaminis* e pela *ars arengandi*.

De fato, para Kristeller, o Humanismo de Coluccio Salutati teria ocupado, na sociedade e cultura de seu tempo, precisamente a mesma posição que o *dictatore* Pier della Vigna⁸ ocupara um século antes. Para ele, portanto, os humanistas não eram *escritores livres*, uma classe completamente nova na sociedade do período, como sustentara Burckhardt. Essa condição poderia servir para um número muito reduzido de famosos humanistas, como Petrarca, Boccaccio e Erasmo, mas não para a grande maioria dos humanistas. As diferenças *notáveis*, segundo Kristeller, entre os humanistas e seus antecessores medievais, entre Salutati e Pier della Vigna, por exemplo, seriam, sobretudo, estilísticas, decorrentes do estudo e da imitação dos clássicos.

Como chanceleres e professores, os humanistas não constituíam, de fato, uma nova classe, mas eram os herdeiros e sucessores profissionais dos retores medievais, os chamados “ditadores”, os quais faziam a sua carreira precisamente nessas mesmas profissões. [...] Houve, não obstante, diferenças notáveis entre os dois [...] os humanistas obtiveram, com sua erudição clássica, para sua classe, um maior prestígio cultural. Por isso, os humanistas não inventaram um novo campo de ciência, ou uma nova atividade profissional, mas introduziram um estilo novo, classicista, na tradição retórica medieval. (Kristeller, 1956: 107)

Entre os gêneros predominantes na produção literária dos humanistas há dois, os discursos e as cartas, que confirmariam de modo particular essa continuidade entre eles e a tradição retórica medieval. Essa continuidade seria particularmente óbvia na relação entre a epistolografia humanística e a

8. Pier della Vigna, ou Pier delle Vigne (ca. 1190-1249), político e escritor italiano, nasceu em Cápuia, iniciou sua carreira como notário a serviço do imperador Frederico II. Em 1225 se tornou juiz da Magna Cúria, um cargo que o levou a diversas missões diplomáticas. Em 1231 teve um papel de grande importância na elaboração da Constituição de Melfi, código legislativo emanado por Frederico II e considerado um dos mais significativos textos da história do direito. Em 1247 foi nomeado notário da corte, chefe da chancelaria imperial, e logoteta (funcionário encarregado dos orçamentos e das contas). Caiu em desgraça e foi preso em 1249.

ars dictaminis medieval. A função literária e política da carta e do discurso, segundo Kristeller, permaneceu praticamente a mesma, e a habilidade de compor uma carta em latim, de modo correto e elegante, foi um objetivo comum dos sistemas do ensino, poderíamos dizer, “médio”, dos períodos medieval e renascentista:

O nexos entre os humanistas e os retores medievais que observamos no campo da epistolografia pode igualmente se encontrar no da oratória. [...] Estou disposto a concluir que a eloquência dos humanistas foi a continuação direta da *ars arengandi* medieval, tal como a epistolografia continuou a tradição da *ars dictaminis*. [...] De fato, quase todos os gêneros da oratória humanista tiveram seus precedentes na literatura medieval: discursos nupciais e fúnebres, discursos acadêmicos, discursos políticos de magistrados ou de embaixadores, discursos para ocasiões solenes e, por fim, discursos judiciais. (Kristeller, 1956: 108-109)

O mesmo teria ocorrido com os outros gêneros de discurso, como a historiografia, na qual os humanistas teriam sido sucessores dos cronistas medievais; ou o diálogo filosófico, gênero no qual os humanistas teriam tratado dos mesmos temas já tratados pela literatura moralizante medieval. E nos casos do estudo da poesia latina e dos comentários de autores clássicos, que só teriam surgido na Itália em meados do século XIII, Kristeller os apresenta como provenientes da França. Para ele o “movimento humanístico parece ter sido uma fusão entre o interesse novo pelos estudos clássicos, importado da França por volta do final do século XIII, e as tradições muito mais antigas da retórica medieval italiana” (1956: 115).

As expressões *studia humanitatis* ou *studia humaniora*, que os humanistas já no século XIV começaram a utilizar para designar seu campo de estudo — que incluía gramática, retórica, poesia, história e filosofia moral — eram termos novos que expressavam uma pretensão nova, mas que para Kristeller correspondiam a um conteúdo que há muito já existia, que antes tinham sido indicados com nomes mais modestos de gramática, retórica e poesia. Esse conteúdo da expressão *studia humanitatis* está expresso no termo *humanista*, que surgiu na segunda metade do século XV e se difundiu durante o século XVI. Ele foi calcado nos termos medievais *legista*, *jurista*, *cronista*, *artista*, e indicava o docente de *studia humanitatis*, um certo ramo de estudos, limitado, mas que se difundia e estava na moda.

Somente com os historiadores do século XIX, explica Kristeller, surge o termo *Humanismo*, que expressa, segundo ele, um conceito moderno e errôneo: o Humanismo do Renascimento como um movimento filosófico essencialmente novo. E por influxo desse conceito moderno, também o velho termo *humanista* foi utilizado erroneamente para indicar uma suposta nova visão de mundo.

Por conseguinte, o termo *humanista*, neste sentido restrito, foi cunhado durante o Renascimento, enquanto o termo *Humanismo* foi usado pela primeira vez pelos historiadores do século XIX [...] velho termo *humanista* exprime o conceito contemporâneo [da segunda metade do século XV] mais modesto e mais exato, de que os humanistas foram os professores e os representantes de um certo ramo de estudos que então estava a crescer e era moda, embora muito limitado em seu conteúdo. O Humanismo não representa, portanto, a soma da ciência do Renascimento italiano. (Kristeller, 1956: 119)

Assim como a poesia e os comentários dos autores clássicos, como vimos acima, teriam chegado à Itália a partir da França, o mesmo teria acontecido com a filosofia escolástica, desde o século XII estreitamente ligada às escolas e universidades francesas e inglesas. A Itália, que durante o século XI e a primeira metade do século XIII teve escolas importantes de retórica, jurisprudência e medicina, não possuía nesse período um centro autóctone de estudos filosóficos. A filosofia aristotélica — sobre a qual, em grande parte, se baseava a Escolástica — só surgiu como disciplina regular nas universidades italianas depois da metade do século XIV, e em estreita ligação com o estudo de medicina. Por conseguinte, conclui Kristeller, também a Escolástica e a filosofia aristotélica teriam sido importadas da França; e uma escolástica italiana só teria surgido no mesmo período em que surgiu o Humanismo italiano, mas em campos diferentes.

A opinião comum de que a Escolástica era uma filosofia velha substituída pela filosofia nova do Humanismo é, pois, de novo refutada por fatos óbvios. Efetivamente, a escolástica italiana surgiu cerca do final do século XIV, isto é, no mesmo período que emergiu igualmente o Humanismo italiano, as duas tradições desenvolveram-se uma ao lado da outra, ao longo e depois do Renascimento. Mas as duas tradições

tiveram seu campo de ação e o seu centro em dois ramos diversos da ciência: o Humanismo no campo da gramática, da retórica e da poesia e igualmente, até certo ponto, no da filosofia moral; a escolástica no da lógica e da filosofia da natureza. (Kristeller, 1956: 121, 122)

Essa caracterização do Humanismo como um movimento não filosófico, como uma mistura do interesse pelos estudos clássicos provenientes da França e de tradições muito mais antigas da retórica medieval italiana, e dos humanistas como, predominantemente, retores profissionais, para os quais a filologia teria sido simplesmente a consequência de suas atividades, teve seguidores depois de Kristeller.

★ ★ ★

Apenas um ano antes de Kristeller publicar seu livro contendo artigo sobre o Humanismo e a Escolástica, em 1955, o historiador Hans Baron publicava seu livro *The Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*⁹, livro que deu ampla difusão ao conceito de Humanismo cívico cunhado por ele no final dos anos 1920. Nessa obra Baron descobriu na Itália do século XV, considerada até então, graças ao livro de Jacob Burckhardt¹⁰, o lar do individualismo nutrido de cultura clássica, uma tradição literária que se mostrava politicamente engajada, sobretudo com o republicanismo. Nessa tradição, de mentalidade cívica e cultura republicana, os cidadãos e estudiosos de cidades como Florença e Veneza trabalhavam juntos para servir o bem comum, algo bem diferente do mundo sem raízes dos intelectuais que vagavam pelas cortes dos tiranos ilegítimos evocado por Burckhardt.

Baron queria entender como aqueles intelectuais italianos realizaram a passagem de uma visão de mundo centrada no além para outra perspectiva centrada neste mundo; da esfera privada à esfera pública; do esforço para se obter a salvação na outra vida para um mundo em que a comunidade

9. Hans Baron. *Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. 2 Vol., Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1955. Esse livro foi reeditado, com o mesmo título e pela mesma editora, em um só volume em 1966. Foi esta última edição que consultamos para esta tese.

10. A edição dessa obra, cujo original em alemão é de 1860, utilizada neste trabalho foi a seguinte: Jacob Burckhardt. *La Civiltà del Rinascimento in Italia*. Roma: Newton & Compton Editori, 2000.

civil se constitui em uma fonte de valores. Nessa obra o Humanismo cívico do *Quattrocento* italiano aparece como um novo ponto de partida e não uma evolução gradual e quase “natural” do Humanismo do *Trecento*, um ponto de partida que deve ser explicado pelas novas condições políticas que se criaram na Itália entre o final do século XIV e início do século seguinte.

Foi somente com a luta contra Gian Galeazzo Visconti¹¹, a partir de 1390, que, na visão de Baron, a tradição cívica florentina dos séculos XIII e XIV se uniu à cultura erudita para dar origem a um tipo de engajamento político que ele chamou de Humanismo Cívico. Antes disso, os humanistas não teriam tido um sério engajamento político, e sua erudição teria servido a limitados objetivos pessoais, imbuída da leitura medieval da filosofia estoica, voltada para o outro mundo, e representada por cortesões desenraizados ou pacatos cidadãos. A cultura clássica, para ter relevância, precisaria subordinar-se às necessidades políticas e educacionais das cidades-estados, como teria demonstrado Leonardo Bruni ao superar o puro classicismo e criar um novo tipo de Humanismo, cujo objetivo era alimentar e celebrar as tradições do republicanismo florentino herdado do período das Comunas.

A vitória de Florença na guerra contra o Duque de Milão, que terminou, pelo menos na sua fase mais aguda, com a morte deste em 1402, significou que a Itália não seria mais unida sob uma única Senhoria, ou tirania, mas continuaria como um sistema de cidades-estados, principados e reinos em um, ainda que precário, equilíbrio de forças. Como resultado disso, as tradições comunais medievais, como as de Florença e Veneza puderam sobreviver como fontes de difusão do republicanismo. Nesse contexto, os escritos dos humanistas cívicos permitiram que os valores republicanos (tais como independência e autogoverno, liberdade e participação política, virtude versus corrupção, igualdade diante da lei) sobrevivessem na primeira

11. Gian Galeazzo Visconti (Pavia, 1351-Melegnano, 1402), Duque de Milão. Filho de Galeazzo Visconti e Bianca de Savoia. O pai fez com que ele se casasse, em 1360, com Isabella de Valois (filha do rei da França, João II, o bom) que trouxe como dote o condado de Vertus, daí o título de Conte di Virtù. Derrotou a Senhoria dos Scaligeri em Verona e Vicenza (1387) e a dos Carrara em Padova (1388). Contra a resistência de Florença, que procurou em toda parte aliados na sua luta contra Gian Galeazzo, este buscou o apoio da França, aceitando que as cobiçadas Genova e Savona passassem para as mãos dos franceses (1396); mas, ao mesmo tempo, reafirmou as suas ligações com o Sacro Império Romano Germânico, do qual obteve, em 11 de maio de 1395, a dignidade ducal e, em 30 de março de 1397, o título de duque da Lombardia. Gian Galeazzo, vitorioso em Brescia e em Casalecchio, pôde rapidamente conquistar Pisa, Perugia e Bolonha; Florença, vendo-se cercada pelas forças do Duque da Lombardia, se preparava para o pior, quando Gian Galeazzo, improvisamente, morreu em Melegnano. O grande domínio construído em tão pouco tempo mostrou então toda a sua precariedade, pois não o consolidava nem a unidade legislativa, nem o mantinham mais unido o prestígio e a vontade de um soberano.

Idade Moderna e evitassem a predominância de uma concepção política de caráter autocrático ou absolutista.

* * *

Em 1966, no mesmo ano em que foi publicada a edição revisada em um só volume do *The Crisis...*, Jerrold E. Seigel, em seu artigo “‘Civic Humanism’ or Ciceronian Rhetoric? The Culture of Petrarch and Bruni”¹², parte justamente do quadro do Humanismo esboçado por Kristeller em 1955 para fazer a sua crítica ao conceito de Humanismo cívico desenvolvido por Baron. E como a pergunta que ele faz no título de seu artigo já anuncia, “Humanismo cívico” (as aspas são do próprio autor) e retórica, no caso a retórica ciceroniana, parecem ser conceitos incompatíveis.

Sem pretender adentrar toda discussão filológica a respeito da datação de outras obras de Bruni que faz parte da discussão de Seigel, é importante, para nossa discussão a respeito do lugar e do valor que se atribui ao papel da retórica, e de Cícero, no Humanismo, referir aqui, ainda que sucintamente, as leituras contrastantes que Baron e Seigel apresentam sobre uma determinada obra de Bruni: trata-se do *Dialogi ad Petrum Histrum*.

Esse diálogo, dedicado a Pier Paolo Vergerio, dá voz a dois importantes humanistas do período: Coluccio Salutati e Niccolò Niccoli¹³. A questão central é o significado a ser atribuído à bipartição que a obra apresenta. Dividida em dois livros, no primeiro, depois de um longo elogio feito por Salutati à arte da discussão, vem uma dura acusação movida por Niccolò Niccoli contra a decadência cultural de seu tempo, devido à perda dos textos e da sabedoria dos antigos, e que não fora resgatada de seu estado de decadência por autores como Dante, Petrarca e Boccaccio, incapazes de um estilo latino adequado, e que às vezes caíram até mesmo em falsas interpretações a respeito do pensamento dos antigos e da história antiga, caso particular de Dante. No segundo livro do diálogo, todavia, a situação muda completamente. Salutati, depois de ter louvado Florença, afirma ter

12. Publicado na revista *Past & Present*, n.º 34, julho de 1966, 3-48.

13. Niccolò Niccoli (Florença ca. 1365-1437), foi um literato e humanista italiano, nasceu em Florença, filho de um produtor de lã, Bartolomeo Niccoli, logo seguiu o pai em sua arte, juntamente com seu irmão, até que, atraído pelo clima cultural florentino do final do século XIV, começou a frequentar o “*Circolo di Santo Spirito*” e a participar das douradas discussões dos literários que o frequentavam, como Luigi Marsili e Coluccio Salutati, tornando-se um defensor confesso do Humanismo. Dedicou-se completamente ao estudo da Antiguidade, tornando-se um grande colecionador e bibliófilo com a subvenção de Cosimo De’ Medici, e sob a orientação de Poggio Bracciolini tornou-se um excelente e refinado copista de autores clássicos.

entendido que as acusações de Niccoli eram apenas um truque para obrigá-lo a celebrar os três grandes poetas florentinos, mas atendendo proposta do próprio Bruni, é o próprio Niccoli que desmonta as suas próprias críticas que ele fizera no primeiro livro, chegando a reconhecer a excelência poética e o magistério cultural dos três grandes poetas.

Para Baron, as duas opiniões opostas expressas por Niccolò nos *Dialogi* se dividem em antes e depois da crise de 1402 entre Florença e o Duque de Milão, Gian Maria Galeazzo, “são dois estágios sucessivos no desenvolvimento de Bruni”, e marcam “a primeira fase do Humanismo cívico de Bruni” (Baron, 1966: 243, 244). Para Seigel, os dois livros dos *Dialogi* formam uma única e coerente obra, única em seu plano, na sua proposta e na sua execução. E para se entender essa unidade, explica Seigel, deve-se ter presente que a base da cultura humanista foi, como já vimos em Kristeller, a arte retórica. Os próprios humanistas viam a si mesmos como estudiosos da eloquência, as suas ocupações usualmente envolviam, conforme já assinalara Kristeller, ou a prática ou o ensino da retórica (ou ambos), eles tratavam de assuntos como a história, ou a filosofia moral como oradores. Nesse contexto, os discursos opostos de Niccoli aparecem como uma demonstração da habilidade de Bruni em apresentar dois lados opostos de uma mesma questão. E essa estrutura dos argumentos de Bruni, a mudança de opinião a respeito dos três grandes poetas toscanos tem, para Seigel, um precedente famoso: o *De oratore*, de Cícero (Seigel, 1966: 12-14).

Assim, seria possível traçar as seguintes relações entre os *Dialogi* de Bruni e o *De oratore* de Cícero: Bruni estaria para os *Dialogi* assim como Cícero para o *De oratore*; Cícero estaria para o estoicismo assim como Bruni para a Escolástica; e Cícero estaria para os neoacadêmicos, os quais ele considerava filósofos úteis para quem buscava a eloquência, assim como Bruni para os poetas florentinos no segundo livro dos *Dialogi*. Portanto, para Seigel,

O que Bruni queria oferecer nos *Dialogi ad Petrum Histrum* era um esboço de um programa de ensino para aqueles seus contemporâneos que queriam ser os herdeiros da tradição cultural exemplificada pelos escritos de Cícero, especialmente no *De oratore* [...] e atribuir aos poetas do *Trecento* o lugar intermediário de homens que viveram em um tempo de aprendizado puramente filosófico (e por isso deficiente), mas que tentaram ser partícipes do verdadeiro aprendizado associado à retórica. (Seigel, 1966: 14-16)

Também a *Laudatio Florentinae Urbis*, segundo Seigel, não teria sido escrita depois da crise de 1402, como sustentou Baron na *The Crisis...*, mas entre 1400 e 1401, o que explicaria, segundo ele, porque a morte de Gian Galeazzo não aparece nessa obra: porque simplesmente ele ainda não tinha morrido. A *Laudatio...* seria também ela um exercício retórico que pode até ser considerado “cívico” (aspas de Seigel), mas é, sobretudo, convencional, baseado em lugares comuns da diplomacia florentina: o culto da liberdade interna, a relação entre a reivindicação de dominação de Florença e a da Roma republicana, e também o sentimento anticesarista e contrário ao Império Romano. Ela não seria então exaltação da liberdade, um ímpeto patriótico, mesmo que na forma de panegírico, para exaltar a vitória de Florença na guerra contra Milão (e por isso Bruni teria omitido a morte de Gian Galeazzo na sua *Laudatio...*), como a interpreta Baron.

Para Seigel, se há na *Laudatio...* algum interesse, além do exercício retórico, seria um interesse pessoal de Bruni: a esperança de suceder Salutati como chanceler de Florença. O que provaria esse interesse seria o fato de, uma vez preterido na sucessão de Salutati por Pietro di Ser Nino (ou Piero di Sermini), ter ido Bruni trabalhar na Cúria romana. E mesmo depois de ter voltado para Florença, e de ocupar diversos cargos na cidade, até chegar à chancelaria, em 1427, a sua participação na vida da cidade se deu através de sua prática retórica. Sua atividade cultural, mesmo depois de 1427, derivaria, para Seigel, prevalentemente de considerações retóricas, e só secundariamente de um “sentimento cívico florentino” [aspas do autor] (Seigel, 1966: 20-26).

De fato, somente quando nos lembramos que Bruni trata a sua *Laudatio Florentinae Urbis* como um orador, que nós vemos o seu trabalho em uma perspectiva apropriada. Os sentimentos contidos nela eram “cívicos”, mas eram também convencionais... A *Laudatio...* de Bruni não foi, basicamente, uma exaltação da “liberdade” florentina, nem um ímpeto espontâneo de patriotismo florentino. Ela foi um exercício retórico, uma coleção de *laudes* à cidade, semelhante à lista de louvores a Petrarca que está no livro II dos *Dialogi*. (Seigel, 1966: 23 e 25)

Essas considerações retóricas se manifestariam também nas traduções feitas por Bruni. Para Seigel, ele teria traduzido a *Ética a Nicômaco* e a *Política* de Aristóteles não por motivos políticos, nem para afirmar valores

morais, ou manifestar sentimentos e paixões cívicas, mas por seu interesse naquela parte da filosofia que, conforme Cícero já afirmara, pertencia “*ad uitam et mores*” (à vida e aos costumes), e era do âmbito do orador.

Não é verdade que Bruni considerava a *Política* [de Aristóteles] como especialmente relevante para a vida *republicana* [itálico do autor], ou que ele foi inspirado a traduzir esse trabalho levado por senso de compromisso em relação à política florentina. Pois Bruni enviou cópias de sua tradução com dedicatória para o Papa Eugênio IV e o rei de Aragão. [...] O que Bruni queria traduzindo Aristóteles? Era exibir aquela “torrente dourada da eloquência”, que Cícero louvava nas obras gregas, mas que os escritores medievais tinham obscurecido. [...] Bruni traduziu Aristóteles para mostrar que também o Filósofo partilhava da devoção humanista à retórica [...] tratou essas traduções, como outros escritos seus, como parte de sua campanha da cultura retórica dos *studia humanitatis*. [...] Pois se Bruni admitia atitudes morais apropriadas para a vida comum dos homens da cidade, ele o fez somente porque essas atitudes estavam em harmonia com as tarefas da prática de orador. (Seigel, 1966: 27, 28)

A ideia do Humanismo como um movimento prevalentemente retórico, formado por retores profissionais que Kristeller lançou em seu artigo, reaparece, dez anos depois, no artigo de Seigel como um argumento contra o conceito de Humanismo cívico formulado por Baron, e a favor da interpretação do Humanismo em chave quase meramente retórica, e particularmente retórica ciceroniana. Mas o que em Kristeller permanecera mais uma crítica do Humanismo como movimento filosófico ou de uma presença relevante do Humanismo no campo das ciências, em Seigel assume tons de uma crítica explícita ao conceito de Humanismo cívico. Tanto Bruni como as suas obras, *Laudatio Florentinae Urbis* e os *Dialogi ad Petrum Histum*, aparecem como um exemplo de como os humanistas eram retores e produziam e agiam como tal.

Portanto, como uma espécie de consequência (cujas conotações negativas não são difíceis de se perceber) do caráter retórico dos humanistas, vemos em Leonardo Bruni, o uso da retórica empregada para alcançar objetivos pessoais. E o que para Baron era uma manifestação de Humanismo cívico e compromisso político com a cidade de Florença por parte dos